



ntes de tentarmos responder à provocação acadêmica expressa pela pergunta-tema da Editoria da revista *Motrivivência*, gostaríamos de apresentar alguns esclarecimentos

preliminares quanto ao processo de produção deste texto, bem como quanto ao âmbito de abordagem em que o elaboramos.

O primeiro aspecto que desejamos ressaltar é que este é um texto coletivamente produzido, cuja estrutura reflete as compreensões construídas no espaço da sala de aula, na disciplina Teoria e Prática na Educação Física, do curso de graduação em Educação Física da UFSC. A participação dos acadêmicos se deu através de contribuições individuais e/ou em pequenos grupos, que foram sistematizadas por uma comissão da própria turma, resultando em eixos temáticos, posteriormente desenvolvidos sob esta forma final.

Glovanl De Lorenzi Pires(Org.) *

Apesar das dificuldades de aproximação inerentes às construções teóricas coletivas, cremos que este trabalho apresenta um entendimento que pode ser considerado como representativo de um consenso possível neste momento, não desconhecendo a dinamicidade do assunto e a pouca profundidade da abordagem realizada. Mais do que isso, e muito importante, é o fato de que o texto responde ao desafio a que nos propusemos e que comprova ser possível a construção coletiva do conhecimento no âmbito da sala de aula, na graduação em Educação Física, para além da mera reprodução de discursos e receitas prontas, comuns ao ensino universitário, conforme denuncia Demo (1994).

Outro ponto que julgamos ser pertinente esclarecer desde já é quanto a abordagem pretendida no texto, no que se refere ao nível de abrangência do tema. As discussões sobre as relações entre teoria e prática vêm ocupando significativo espaço no ambiente acadêmico, dada à sua importância intrínseca e legitimadora nas reflexões sobre as práxis sociais, especialmente no âmbito da formação do profissional para o exercício do

* Texto produzido pelo coletivo da turma 0567/A, semestre 95.2, na disciplina Teoria e Prática na Educação Física, do curso de graduação em Educação Física da UFSC.

Professor do DRPD/CDS/UFSC, ministrante da referida disciplina e coordenador desta publicação.

magistério. Boa parte destas preocupações se orientam pela perspectiva da sua inserção na escola, pensada como espaço crítico de resistência e transformação da realidade social. Balizados por este parâmetro, procuramos articular nosso entendimento sobre os cenários percebidos/desejados nas relações teoria-prática da Educação Física, isto é, na perspectiva dialética da formação acadêmica e da sua intervenção enquanto prática pedagógica no cotidiano da escola, que é sobre o que temos refletido em nossa disciplina. A limitação de abordagem que nos impusemos decorre de vários motivos, como o tempo que dispúnhamos para a elaboração do texto, o espaço reservado na revista, além das nossas próprias limitações teóricas. A principal razão, todavia, está ligada ao fato de que nosso curso é uma *licenciatura* (formação de professores de Educação Física para o ensino fundamental e secundário) e de que é a *escola*, especialmente a *escola pública*, segundo pensamos, um dos únicos espaços possíveis para a articulação de compreensões emancipadas sobre Educação Física e Esportes, tema hoje apropriado pela Indústria Cultural que fez dele um bem mercadorizado e ideologizado.

Explicitados estes aspectos preliminares, passamos a refletir sobre o questionamento proposto: *“na prática, a teoria é outra. Será...?”*. Partindo de um ditado popular, especialmente referido como crítica aos desencontros entre o discurso e as ações da política partidária, é complementado com uma dúvida, quanto à veracidade de seu conteúdo, isto é, insinuando que não haveria tanta distância assim entre teoria e prática. Para provocarmos o possível leitor, cer-

tamente alguém ligado à nossa área, responderemos inicialmente que *sim*; que, no âmbito da Educação Física voltada para a escola, a teoria, na prática, *tem sido* outra, o que não significa dizer que a prática verificada prescindia de teoria, nem que esteja desvinculada de qualquer teoria. As reflexões apresentadas a seguir vêm no sentido de relativizar e esclarecer esta afirmação.

Para tanto, partimos de uma breve referência aos conceitos de *teoria e prática* que utilizaremos aqui e das *relações possíveis* entre ambas na Educação Física. Por teoria, estamos entendendo os conhecimentos que são, crítica e ativamente, apropriados e/ou reelaborados, isto é, construídos nas situações de ensino-aprendizagem, através da *“reflexão sobre e a partir da prática social”* (Pimenta, 1994, p.70). Quanto à prática, nosso entendimento é de que se trata das situações concretas de ensino da Educação Física, observadas/vivenciadas pelo aluno, enquanto etapa integrativa do currículo acadêmico, percebida não como treino ou aquisição de experiência (o *“aprender fazendo”* da Escola Nova), mas como ponto de partida e de chegada da sua formação profissional (quando, aí, transformada em prática social, isto é, exercida efetiva e autonomamente na realidade do seu cotidiano escolar).

Reforçamos este entendimento conceitual nas palavras objetivas de Freire (1979:17), refutando as críticas vulgares aos teóricos, quando afirma que:

“assim como não é possível identificar teoria com verbalismo, tampouco o é identificar prática como ativismo. Ao verbalismo falta a ação; ao ativismo, a reflexão crítica sobre a ação”.

A reciprocidade entre os conceitos de teoria e prática demonstra a necessidade de construção de uma unidade entre as duas instâncias articuladoras do currículo. Unidade esta que, dialeticamente, não implica na perda de suas respectivas identidades autônomas, ou seja, não demanda a fusão de uma na outra, porém, exige a superação da desvinculação hoje existente, principalmente no âmbito da Educação Física, onde teoria e prática se apresentam como pólos, no máximo, justapostos, quando não, antagônicos. Tal unidade reflete-se no conceito de *práxis*, utilizado por Marx para explicar a intervenção humana (ação), intencional e refletida (teoria), no sentido da transformação da natureza e da sociedade (citado por Pimenta, op.cit.). Para uma ampliação deste conceito, é possível buscar em Vásquez (1968), um entendimento sobre as formas de práxis, que pode ser produtiva, criadora ou política, conforme os objetivos da ação humana (cremos não ser necessário explicitar suas diferenças, pois foge ao escopo deste texto), mas que será sempre uma *práxis social*, porque concebida e realizada a partir das relações sociais de que o ser humano, enquanto autor da práxis, é sempre dependente. Novamente nos socorremos de Freire (op.cit.), quando este afirma que a fundamentação teórica da prática se explica ao mesmo tempo nela mesma, não para aprisionar prática à teoria, "mas como um movimento dinâmico em que ambas, prática e teoria, se fazem e se refazem" (p.17).

A partir desta conceituação, podemos afirmar que a ação pedagógica docente, objetivada para a Educação Física

escolar, é uma práxis social. Através da sua inserção no currículo escolar, deve buscar intervir no sentido de transformar o nível de compreensão do aluno a respeito da cultura de movimento (objeto de estudo da Educação Física, de onde decorrem os seus conteúdos curriculares), passando de um saber ao nível do senso comum (*prática*), para um saber elaborado (*prática refletida*). Neste rito de passagem, da prática assistemática ao questionamento sistemático, retornando como ação refletida (*práxis*), ocorre o "nó" epistemológico da Educação Física: tendo sido, até então, uma atividade prática coisificada (*ativismo*), na medida em que resiste à necessária abstração, ao adotar procedimentos que apenas reproduzem as suas manifestações culturais mais evidentes (atualmente, o esporte-espetáculo), não consegue ascender à condição de práxis. Percebe-se neste mecanismo, o nítido predomínio de uma teoria instrumental, que se limita a adaptar os novos conhecimentos tecnológicos ao ensino dos esportes. Com isso, deixa-se de teorizar sobre os fatores sociais e culturais que condicionam a prática, resultando na incorporação de um conhecimento pretensamente "neutro", incapaz de se colocar como subsídio para uma ação projetada, consciente, humanizada (Pereira, 1982).

Como decorrência da ausência de unidade entre teoria e prática, a Educação Física acaba privilegiando a uma determinada prática, não como critério de validação da teoria, mas como puro ativismo (Medina, 1983), negando-se ao aspecto teórico da prática, isto é, ao questionamento teórico sistemático das práticas. A chamada prática pela prática.

ou a reprodução acrítica de fazeres este-reotipados, muito tem contribuído para a condição de inferioridade em que se encontra hoje a Educação Física no currículo escolar. Assim, como isto é um equívoco, por não apresentar qualquer possibilidade de legitimação e superação da área de conhecimento, o inverso também é verdadeiro: preocupados com a necessária teorização da Educação Física, historicamente transformada em campo de provas das ciências naturais/biológicas, muitos pesquisadores da área acabam por produzir verbalismos, reduzindo a prática a níveis de importância secundária. Daí se originam conhecimentos que são logicamente estruturados e legitimados pelos paradigmas científicos em que se apoiam, sem apresentar, contudo, perspectivas para sua intervenção transformadora no âmbito da escola.

Com isso não estamos querendo propor um estreitamento linear das relações entre teoria e prática, como se a uma determinada teoria devesse corresponder uma só prática. Como afirma Demo (op.cit., p.28), “nenhuma prática esgota a teoria, nenhuma teoria dá conta de todas as práticas”. Também não estamos supondo que os estudos empreendidos na área da Educação Física devam ter como pressuposto oferecer modelos prontos para os profissionais que atuam no âmbito da escola. Pelo contrário, toda vez que isto acontece, através da reprodução de métodos e sistemas apontados como grandes “novidades”, mais alienante tem se tornada a prática pedagógica dos profissionais da Educação Física. Porém, não é possível concebermos uma intervenção crítica e emancipatória na escola, se não dispusermos de uma competência técnica es-

pecífica que significa, em última análise, a capacidade de articularmos nossa práxis social a partir de ações práticas desenvolvidas na realidade concreta, aliada a um suporte teórico que nos permita a correta leitura/interpretação desta realidade, apontando para sínteses superadoras.

Para tanto, o conhecimento produzido no âmbito da graduação em Educação Física precisa considerar a reciprocidade entre teoria e prática, como duas faces da mesma moeda, ou seja, como aspectos indispensáveis e mutuamente dependentes para a formação profissional. Ocorre que, tal como acontece na maioria dos cursos de licenciatura, a articulação teoria-prática tem ficado sob responsabilidade unicamente da Prática de Ensino, através do Estágio Supervisionado, realizado normalmente nas etapas finais do curso, o que reflete o entendimento de justaposição entre um pólo teórico e outro pólo prático. A consequência maior disto é que os conhecimentos desenvolvidos isoladamente, na fase inicial dos cursos, ao longo daquilo que Fazenda (1985) chamou período de hibernação teórica, guardam pouca ou nenhuma relação com a realidade onde, posteriormente, vai acontecer o pretendido momento de unificação desta teoria com a prática, isto é, o Estágio Supervisionado na escola. Seu desenvolvimento (salvo as exceções), muito mais do que a possibilidade de teorização sobre a prática, tem tido um caráter acrítico e estritamente instrumental, pois busca apenas verificar a competência do aluno-estagiário em utilizar-se das técnicas didáticas apropriadas para a condução do processo ensino-aprendizagem.

Aliado a isto, a ausência de programas permanentes de colaboração entre a Universidade, enquanto agência formadora de professores, e a Escola, como espaço de ação-reflexão-ação das práticas docentes, termina por transformar o Estágio Supervisionado num curto período de “aterrissagem” do aluno-estagiário em uma turma que lhe é “emprestada”, de onde ele logo “decola”, sem nada deixar como contribuição ao questionamento teórico da prática, e pouco levar consigo, senão a comprovação do cumprimento das horas exigidas pela legislação.

Desta forma, pensar que é possível reservar à Prática de Ensino a responsabilidade pela construção da unidade entre teoria e prática na formação de professores, além de revelar uma superestimação daquela disciplina, implica em favorecer situações anacrônicas que se constroem em expressões como a que dá título a esta reflexão. Em tais condições, a teoria, na prática, acaba mesmo sendo outra, isto é, algumas teorias desenvolvidas no decorrer do curso, por estarem desvinculadas da prática e, portanto, não se constituem em reflexões sobre a realidade concreta, muito pouco contribuem para a formação acadêmica e para a prática profissional, entendida como práxis educativa social. Também por isso, as práticas docentes, quando não refletidas/questionadas sistematicamente, terminam por se repetir indefinidamente, mudando apenas por influências de metodologias “da moda” que, como tal, tendem a desaparecer tão rápida e misteriosamente quanto surgem.

Enquanto este descompasso entre teoria e prática acontece no âmbito da licenciatura em Educação Física, obser-

vamos o paradoxo: em decorrência da constatação de certos verbalismos, o aluno exige mais “práticas” no seu currículo, cuja consequência, caso se queira resolver pela simples inversão da teoria em prática (ativismo), implicará na redução da complexidade da formação profissional aos estreitos limites de um “saber fazer prático”, situação muito comum até os anos 70, em que a condição de atleta era o maior certificado de competência para “ensinar” Educação Física na escola.

Para então concluir, a partir do entendimento de que, na perspectiva da práxis, teoria e prática não se dissociam, a coincidência ou não entre uma e outra estará muito mais na opção de quem assim as considera/faz. Isto nos remete ao seguinte entendimento: na prática, a teoria pode ou não ser outra; depende da opção política do educador. Portanto, agora nos compete perguntar: *no âmbito da Educação Física (área de conhecimento/curso acadêmico/disciplina escolar), que teoria, na prática, tem sido outra? E a favor do que e de quem isto acontece? Logo, contra o que ou contra quem?* Enfim, são tantas as perguntas...

Nota: são co-autores deste texto, os seguintes acadêmicos: *André M. Soares, Angela C. Azevedo, Carla E. Oliveira, Carlo S. Marçleta, Cibele D. Gomes, Cleide R. Junckes, Cynthia P. Schweitzer, Débora T. Bonetti, Deise Arenhart, Douglas Ruhland, Eduardo L. Miranda, Elenir Schwambach, Eliane K. Padilha, Francine Hubert, Gustavo S. Holleben, Janaina Borlin, Márcia B. Zanchi, Robson Gevaerd, Sálvio Rodrigues Jr., Silvana G. Pereira,*

Soraya W. Tramontim e Caroline Martins. O Coordenador desta publicação e os co-autores agradecem aos alunos da disciplina Teoria e Prática na Educação Física dos quatro semestres anteriores, pela contribuição indireta a esta elaboração, representada pelos inúmeros trabalhos e discussões acadêmicas que, igualmente, serviram de base para as presentes reflexões. Também aos companheiros professores *Paulo Ricardo Capela, Ivana Martins da Rosa e Annabel das Neves*, pelas leituras críticas e sugestões oferecidas ao tema e a este texto.

Referências Bibliográficas

- DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- FAZENDA, Ivani. Educação no Brasil anos 60 - o pacto do silêncio. São Paulo: Loyola, 1985.
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos, 4a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MEDINA, João Paulo. *A educação física cuida do corpo e.... mente*. Campinas: Papyrus, 1983.
- PEREIRA, Otaviano. *O que é teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PIMENTA, Selma. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* Campinas: Papyrus, 1994.
- VÁSQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.